



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE MONDIM DE BASTO, REALIZADA NO DIA 5 DE
DEZEMBRO DE 2014 -----**

Aos cinco do mês de dezembro de dois mil e catorze, pelas dezoito horas, reuniu-se no Edifício da Assembleia Municipal de Mondim de Basto o órgão deliberativo deste Município. -----

PRESENCAS: -----

Faltou à presente sessão o deputado municipal João Armando Saraiva Pereira de Almeida, tendo apresentado a devida justificação, pelo que a Mesa deliberou justificar esta falta. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atei, José Marcelino Gonçalves da Silva, impossibilitado de comparecer a esta sessão da Assembleia Municipal, requereu a sua substituição, nos termos do disposto no artigo 18º, nº1, alínea c), da Lei 75/2013, de 12 de setembro, por Joaquim Agostinho Mota Pereira, membro do executivo da Freguesia de Mondim de Basto. -----

Salvo as ausências dos senhores Vereadores Lúcio Manuel Alves Machado e Bruno Miguel de Moura Ferreira, encontravam-se presentes nesta sessão todos os elementos que nos termos do art.º 48º da Lei 169/99 de 18 de setembro com a redação que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002 de 11 janeiro, se impunha a obrigatoriedade ou dever de presença. -----

ABERTURA DA REUNIÃO -----

Pelas dezoito horas e quinze minutos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou aberta a presente reunião. -----

Antes da ordem do dia -----

1.1 - Assuntos gerais de interesse para o Município -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

O senhor deputado municipal Alfredo Manuel Lopes Pinto Coelho Mendonça usou da palavra para referir que as questões que o trazem a intervir nesta Assembleia são as que se prendem com o Regimento e com o que tem assistido nas assembleias em que tem participado. Realçou que já teve intenção de levantar esta questão que tem a ver com os diálogos que, muitas vezes, se estabelecem entre a bancada e o executivo que, no seu entender, em nada abonam para um bom funcionamento desta Assembleia. Referiu que o Regimento determina que, se alguém quiser obter a palavra, esta deverá ser pedida ao senhor Presidente da Assembleia e que é no púlpito que se deve usar da mesma. Não querendo apontar o dedo nem querendo pôr nomes, referiu que aquilo a que tem assistido não traz um bom funcionamento, dá mau ambiente, acabando por não se perceber as matérias que se discutem dos apartes que se fazem, criando-se mal entendidos. Considera que isso, em abono da verdade, nada traz de bom para o município e para os trabalhos desta Assembleia. Por isso, solicitou ao senhor Presidente da Assembleia, tendo já reparado que era uma pessoa atenta a estes assuntos, para não permitir que isto aconteça e que se observe o Regimento, ou seja, quem quiser ou não gostar do que está a ouvir pede a palavra, e se o senhor Presidente lhe der a palavra vem aqui falar. Neste seguimento, referiu que havia outra situação, que também presenciou na Assembleia, que o incomodou duplamente que teve a ver com uns comentários que foram feitos pela bancada socialista relativamente a uma intervenção da senhora deputada Marília Costa. Quando a senhora deputada estava a falar para esta Assembleia, a matéria que ela estava a discursar não foi do gosto dos senhores deputados da bancada socialista, tendo ouvido uns comentários desagradáveis. Entende que esses comentários caem na mesma matéria, ou seja, os senhores deputados não podem fazer comentários porque é uma dupla falta de respeito



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

para quem está aqui, e dupla porque, além de ser uma deputada, um elemento, é principalmente uma senhora. Considera que, fruto da sua educação, as senhoras devem ter um respeito acrescido e, sendo o Partido Socialista um partido que preza pelas cotas das mulheres dentro dos seus órgãos, considera que isso ainda é pior. Sobre esta matéria, terminou dizendo que não era um ataque pessoal, apenas era o seu ponto de vista, não querendo com isto fomentar nenhuma polémica, sendo apenas um desabafo como cidadão e como mondinense. De seguida, referiu que a segunda questão que o traz aqui tem a ver com uma referência do senhor Presidente da Câmara na última Assembleia, que não quer deixar passar, e que foi relativamente ao facto da bancada a que pertence não dizer nada de bem do executivo. E como diz o povo, “só não se sente quem não é filho de boa gente”, ficou a magicar no assunto e chegou à conclusão de que a oposição não tem de dizer bem do trabalho que o executivo faz, tem simplesmente de fazer oposição. Se é bem ou mal feito, isso caberá depois mais tarde aos eleitores julgar. Deixou um repto ao senhor Presidente da Câmara: existe um princípio no direito internacional público, o princípio da reciprocidade, que diz que se deve dar igual tratamento àquele que nos dão. Portanto, se o senhor Presidente da Câmara considera que a oposição deve dizer bem de algum trabalho feito por este executivo, também agradece que o senhor Presidente da Câmara diga que a oposição também faz um bom trabalho. Não havendo esse princípio da reciprocidade, pensa que esse pedido de a oposição dizer bem do trabalho do executivo não existe. Para terminar, colocou uma questão, que pode parecer pequena mas que terá a sua importância em seu entender, que tem a ver com as placas do estacionamento do extinto Tribunal da Comarca de Mondim. Referiu que, como toda a gente sabe, infelizmente, apesar dos esforços feitos por toda a gente, neste momento há uma secção de proximidade. Nesse



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

decorrer, verificou que foram retiradas as placas de estacionamento, desconhecendo qual o motivo que levou o executivo a retirar as placas de estacionamento, presumindo que deve haver alguma razão lógica e explicável para isso, sendo certo que a secção de proximidade, nos termos legais em que está feita, não tem na verdade magistrados, não tem ministério público nem temos pessoas a trabalhar que justifiquem esses lugares. Ou seja, uma das razões pela qual presume que o executivo tenha retirado as placas seria para permitir que os mondinenses ocupassem lugares que estavam vazios. Seria razoável e lógico. Mas considera que é preciso lembrar o executivo que a secção de proximidade, apesar de não ter juiz titular, permite a realização de julgamentos e até acredita que podia ser uma medida de protesto para o Ministério da Justiça. Referiu que estava convencido que, no futuro, os senhores magistrados virão a ter a sapiência e a sensibilidade para perceber o prejuízo que isso causa aos mondinenses. Nesse sentido, gostaria de saber a opinião do senhor Presidente da Câmara sobre este estacionamento e referiu que, na sua opinião, os senhores magistrados, na qualidade de órgão de soberania, não têm responsabilidades neste mapa judiciário, pelo que entende que não podem ser prejudicados amanhã se vierem cá fazer um julgamento e, de acordo com a urgência que muitas vezes têm, não têm um lugar destinado como tinham. Acredita que o senhor Presidente da Câmara teve algum motivo para retirar a placa pelo que gostaria que explicasse a razão. -----

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mondim de Basto, Fernando Carvalho Gomes, usou da palavra para alertar para um problema que considera ser de todos. De seguida passou a ler um texto que a seguir se transcreve: *«A cada ano que passa, o concelho de Mondim de Basto vai perdendo de uma forma assustadora a sua população. Nesta medida, o problema do despovoamento e da desertificação é uma questão central que merece a mais profunda reflexão política. De acordo*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

com os indicadores da população estudantil, no ano letivo de 2005/2006, a freguesia de Mondim de Basto tinha a frequentar no pré-escolar e primeiro ciclo cerca de trezentas crianças. Hoje, existem apenas cento e quarenta crianças. Assim, em apenas nove anos, registou-se uma redução significativa de metade das suas crianças. Por conseguinte, a questão que se impõe colocar e que nos deixa apreensivos não pode deixar de ser esta — como será daqui a dez anos? Se nada for feito, o panorama será deveras negro e pouco auspicioso. Naturalmente teremos um concelho reduzido a quase dois terços da população atual, sendo que a grande maioria serão idosos. Nesta perspetiva, a sobrevivência do concelho poderá ser irreversível se não se encontrar uma solução viável, que altere o “status quo reinante”. Para melhor perceber o problema, nada como comparar a relação entre nascimento e óbitos no concelho de Mondim que, de momento, assinala três óbitos por cada nascimento. O concelho enfrenta uma enorme queda de natalidade, que compromete gravemente o futuro das nossas freguesias e do nosso concelho. Em 2014, o número de falecimentos já ronda os cem óbitos face a uma previsão que não irá além de trinta nascimentos. Para travar essa queda brutal, as medidas não poderão passar por medidas de simples remedeio que estejam associadas a um comprometido apoio familiar. Na nossa ótica, só soluções que tragam dinâmica e estimulem a economia local, potenciando e promovendo os recursos do território no intuito de atrair investimentos, bem como estimular a criação de empregos. Só assim conseguiremos criar esperança. Se não tivermos noção das conseqüências que surgirão num futuro próximo, certamente caminharemos para a desertificação que, no presente, já é possível vislumbrar. Se não nascerem crianças, dificilmente será possível repor o equilíbrio geracional. Torna-se urgente afastar este cenário para que o futuro não esteja comprometido. As crianças são o princípio de tudo!». De seguida entregou um requerimento à Mesa, sobre o qual a freguesia já solicitou informações ao senhor Presidente da Câmara, que se passa a transcrever: «Registou-se sucessivos cortes no abastecimento de água que gerou profundos incómodos na população da freguesia de Mondim de Basto. Recebemos várias queixas de munícipes e comerciantes da restauração desta freguesia no que respeita a má



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

qualidade da água que receberam nos seus domicílios e estabelecimentos que impossibilitou o seu consumo doméstico e comercial. Nesta medida, venho solicitar a Vossa Exa. que nos informe das causas que estiveram associadas com as dificuldades de abastecimento e na própria qualidade da água». Referiu que esperava obter uma resposta acerca disto porque considera que não faz sentido a autarquia apenas responder a alguns pedidos da Junta de Freguesia. Convinha que respondesse a todos. De seguida referiu – se ao boletim da Câmara Municipal a solicitar às pessoas um Mondim mais limpo, descrevendo nele várias regras de civismo. Perante isso, e mostrando para a Assembleia umas fotografias, questionou o senhor presidente da Câmara sobre como é que é possível a Câmara Municipal ter uma lixeira de tal forma escandalosa, perguntando se é assim que se dá o exemplo. No final da sua intervenção, o senhor Presidente da Junta de Freguesia entregou as fotografias à Mesa. -----

O senhor deputado municipal Francisco Miguel Barros da Silva Ramos usou da palavra para se referir a três assuntos. Um deles tem a ver com mais um indeferimento da alteração do horário das reuniões do executivo em que, uma vez mais, são colocados entraves a que a participação dos vereadores da oposição seja realizada. Referiu que iriam tentar sempre arranjar soluções, tendo já havido um outro requerimento apresentado, esperando que desta vez o mesmo vá ao encontro do interesse de todos e seja possível facultar a participação dos vereadores da oposição. O segundo assunto refere-se também ao tribunal em que ficou deveras preocupado com a entrevista que o senhor Presidente da Câmara deu ao Porto Canal tendo ficado preocupado por várias razões. Da entrevista, ficou sem perceber se o senhor Presidente quer ou não que a secção de proximidade se mantenha. É certo que todos os membros aqui representados, desde a Assembleia ao executivo, lutaram pelo não encerramento, e que, não obstante, o tribunal foi encerrado mas ficaram



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

com uma secção de proximidade e esta é a realidade que têm neste momento. Face a isto questionou o senhor Presidente da Câmara no sentido de saber se atribui importância à secção de proximidade ou, ao invés, lhe atribui importância nenhuma e defende que a mesma deve encerrar. Relativamente a este assunto, questionou também o senhor Presidente, e porque na entrevista refere, e passa a citar o que lá está escrito *«resta-nos que no novo próximo Governo e o novo próximo titular da Justiça possam repor os tribunais nestes concelhos e concretamente em Mondim de Basto»*, no sentido de saber se o senhor Presidente da Câmara já falou com o candidato a primeiro-ministro, o Dr. António Costa, sobre o encerramento do Tribunal Judicial de Mondim de Basto e, se sim, se ele lhe assegurou que, eleito, e o novo Governo ser um Governo socialista, o Tribunal Judicial de Mondim de Basto será reaberto. De seguida, manifestou que gostaria que o senhor Presidente também pudesse informar esta Assembleia de qual foi a fonte informativa que teve por base para dar a entrevista. Para finalizar, referiu que, no que é do seu conhecimento e no que lhe diz respeito, existe muita mais atividade na secção de proximidade do que aquela que transparece na referida entrevista e que existem diligências marcadas para o mês de dezembro de 2014 na secção de proximidade de Mondim de Basto, com deslocações de juízes de Vila Real, para realizarem audiências de julgamento aqui em Mondim de Basto. Espera que a secção de proximidade não seja utilizada como argumento político para eleições nacionais defraudando claramente os interesses do município. -----

De seguida usou da palavra o senhor deputado municipal João Diogo Alarcão Carvalho Branco para apresentar três requerimentos à Mesa que passou a ler e que se transcrevem. Primeiro requerimento: *«Tendo sido aprovada a candidatura da Eta, vimos questionar se a referida candidatura é para financiar obra nova ou abrange também obra já executada e herdada do passado. Em caso afirmativo,*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

quais os valores para a obra nova e quais os valores para a obra já executada». Segundo requerimento: «Vem o grupo municipal do CDS-PP nesta Assembleia solicitar a Vossa Exa. uma relação de todos os serviços contratados pela Câmara Municipal à Sociedade de Advogados João Pedroso e Associados». Terceiro requerimento: «Tendo tido conhecimento da existência de um inquérito instaurado a funcionários da Câmara Municipal em que está a ser usada a avença de dois mil euros ao referido advogado João Pedroso, vimos requerer que nos seja facultada cópia de todo o processo logo que o mesmo seja encerrado». -----

O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder às questões colocadas. Referiu-se em primeiro lugar ao repto lançado pelo senhor deputado Alfredo Mendonça, dizendo que o acompanha nessa preocupação e que considera que todos devem fazer um esforço para que a Assembleia decorra com todas as condições de normalidade e de elevação. Referiu que já tinha feito várias vezes esse repto, naturalmente que cada um terá a sua responsabilidade, assumindo ele próprio a sua, havendo uns que contribuem mais, outros contribuem menos. Acompanha-o nessa preocupação e fica satisfeito por um deputado vir e ter a coragem de levantar essas questões sobre as regras que devem ser aqui seguidas. Sobre as placas de estacionamento, referiu que de facto havia quatro lugares reservados para magistrados e que, tendo sido transformado o Tribunal numa secção de proximidade, o executivo entendeu que não se justificaria manter quatro lugares numa zona da vila onde há alguma pressão em termos de estacionamento. É claro que fica sempre aqui a questão de saber se a Câmara deveria ou não reservar esses lugares. Por uma questão de cortesia, diria que sim; por uma questão legal, não há nada na lei que diga que os magistrados têm direito a lugares reservados. Acrescentou que, por uma questão de cortesia e de bons costumes, não o incomodaria nada, até porque havia quatro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

lugares mas, com esta alteração, pareceu-lhe que um lugar seria suficiente. Acrescentou que, até à data, nenhum juiz se deslocou de Vila Real aqui, pelo que acha que a tendência será para retirar o lugar, a não ser que, futuramente, se houver uma inversão e se se vier a registar que os juízes se deslocam a Mondim com uma certa regularidade, naturalmente que a Câmara estará disponível para manter o lugar e, eventualmente, se for caso disso, alargar os lugares. Percebe a preocupação do senhor deputado, entende naturalmente que o argumento que apresentou é válido mas entende que deve perceber que há aqui também uma questão de respeito institucional, pelos senhores juízes e magistrados, mas também pela população. Não faz sentido reservar quatro lugares sabendo que os juízes não vêm cá. Sobre as questões do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mondim de Basto relativamente à perda de população e à taxa da natalidade, considera que, e já foi referido aqui muitas vezes, não se pode atribuir ao município a responsabilidade por dois problemas difíceis de resolver que o país tem neste momento. Percebe que a emigração e a natalidade se fazem sentir mais nos concelhos mais pequenos, o impacto que tem a saída de pessoas é mais perceptível nos meios mais pequenos, sendo claro que se sente mais em Mondim do que em Lisboa, mas atribuir a Mondim e à Câmara de Mondim a responsabilidade pela quebra da natalidade e da emigração considera que é uma atitude no mínimo estranha. Considera que mais estranho ainda é que o senhor Presidente da Junta veio aqui enumerar o problema mas foi incapaz de dar uma solução. Lançou o repto para que, se existe uma solução, a mesma fosse apresentada para que, naquilo que é responsabilidade do município, se possa inverter esta tendência. Naturalmente que o executivo continua todos os dias a trabalhar para dar as melhores condições de vida às pessoas, para garantir a educação às crianças, para garantir a cultura, dentro dos recursos que a autarquia tem. Considera



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

que se deve ter algum cuidado na forma como se abordam as questões, pois elas devem ser abordadas com realismo e com honestidade. Salientou que também era preciso algum cuidado na forma como se apresenta o concelho, pois, se a intenção é promover o concelho, não se pode dar uma imagem negativa dele. Terminou dizendo que devem todos fazer um esforço para tentar inverter esta situação, sabendo que ela existe e que é uma realidade que é nacional e europeia. Sobre os requerimentos relativos aos cortes de abastecimento de água e da má qualidade, referiu que os mesmos tinham sido encaminhados para os serviços da Câmara e que pensava que já tinha sido dada resposta. Acrescentou que aconteceram de facto algumas situações, sendo o próprio testemunha porque mora na vila, mas que toda a gente sabe perfeitamente que não há sistemas perfeitos e em qualquer lado do país ou do mundo, de vez em quando, há cortes no abastecimento de água e estes foram resolvidos imediatamente. Lamenta que tenha acontecido mas não lhe parece correto que essa responsabilidade seja atribuída ao executivo pois os serviços da Câmara atuaram com prontidão e com eficácia, resolveram o problema no tempo que tinham, procederam ao restabelecimento da água pelo que acha que desse ponto de vista não há nada a apontar. Sobre o boletim anteriormente referido pelo senhor Presidente da Junta, considera que é positivo quando o município partilha com os munícipes a preocupação para a manutenção do ambiente. Claro que acontecem situações, num território que tem cento e setenta quilómetros quadrados, que estão menos bem e que têm de ser resolvidas. Agora fazer disso um caso ou quase dar a entender que a Câmara não devia ter enviado o desdobrável parece-lhe um exagero, um excesso de linguagem que não faz sentido. Realçou que foi de facto enviado o desdobrável com esta preocupação de informar as pessoas para a necessidade de zelar pelo ambiente. Considera que os serviços da Câmara, como os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

serviços das juntas, como cada cidadão individualmente têm as suas responsabilidades e há naturalmente muitas coisas que têm de ser melhoradas, estando a ser encontrada uma solução para a situação referida pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia. Relativamente à intervenção do senhor deputado Francisco Ramos e sobre a questão das reuniões do executivo considera que o que está aqui em causa é que, os senhores vereadores, por razões que desconhece, dizem que não podem vir durante o dia e a hora a que a reunião foi marcada. Face a isto, colocou a seguinte questão: se o argumento é que os senhores vereadores não podem vir durante o horário laboral, e só podem vir ao fim da tarde, porque é que não estão aqui? E porque é que um vereador, em vinte e quatro reuniões, ainda não apareceu em nenhuma? Portanto, considera que esta ideia de acusar o executivo de dificultar a presença dos vereadores não é verdade e que os senhores deputados deveriam saber que, no mandato anterior, as reuniões foram mudadas duas vezes de dia, a pedido sempre dos senhores vereadores da oposição, e, neste mandato, foi acordado por unanimidade que o dia das reuniões seria a terça-feira. Considera que é legítimo os senhores vereadores quererem as reuniões depois das sete mas que é desonesto fazer esse tipo de insinuações e acusar o executivo de dificultar a presença dos vereadores porque o executivo sempre mudou as reuniões de Câmara dentro do horário laboral. Referiu que não deviam estar à espera que o Presidente da Câmara obrigasse os vereadores e os funcionários da Câmara a estar à espera, até às sete horas, porque os senhores vereadores não querem vir. Salientou que havia outra questão que devia ser definida: há coligação ou não há coligação? Referiu que, às vezes, quando dá jeito, são Juntos Pela Nossa Terra, quando não dá jeito é o CDS e o PSD. Reiterou que, e para que fique bem claro, não é verdade que algum dia o executivo tenha dificultado a presença dos vereadores nas reuniões de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Câmara, rejeitando completamente essa acusação, sendo sim verdade é que o executivo sempre esteve disponível para alterar o dia da reunião, e já o fez por três ou quatro vezes, sempre a pedido dos senhores vereadores da oposição, e está registado em ata. Relativamente à entrevista, que não foi uma entrevista ao Porto Canal mas sim umas declarações à Lusa que passaram no Porto Canal, e à questão colocada pelo senhor deputado Francisco Ramos respondeu que o executivo não está satisfeito com a secção de proximidade, aquilo que existe neste momento não os satisfaz. Questionou o senhor deputado sobre de que forma é que sabe que vão haver julgamentos em dezembro, e como é que obteve essas informações. Sobre a questão que lhe foi colocada, informou que obteve as suas informações por escrito pois antes de dar a entrevista pediu ao senhor Juiz, Presidente do Tribunal Judicial de Vila Real, que informasse a Câmara Municipal sobre as diligencias que foram feitas no Tribunal de Mondim e, num documento recebido, tem lá duas ou três videoconferências, atendimento de chamadas e receber papeis. É o que lá está. Face a esta afirmação, reiterou a sua pergunta ao senhor deputado sobre como é que tem conhecimento que vão ser feitos julgamentos em dezembro e que até vem cá o juiz pois considera que o senhor deputado tem informação que ele desconhece, desconhecendo-se a forma como a obteve. Considera que é bom que haja separação da justiça da política como tantas vezes nós ouvimos. Relativamente a outra questão colocada pelo senhor deputado, o senhor Presidente não deixa de registar que já dá como um dado adquirido que o Dr. António Costa será o próximo primeiro-ministro. Quanto à questão colocada sobre o que irá ele fazer, respondeu que não sabia mas que o senhor deputado podia ter a certeza que tentará fazer com que o Tribunal volte para Mondim. Sobre os requerimentos apresentados pelo senhor deputado João Alarcão informou que os mesmos serão respondidos por escrito mas que não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

podia deixar de notar uma questão que o deixou aqui intrigado, sobre como é que o senhor deputado sabe que houve um inquérito na Câmara pois os inquéritos não são públicos. Está aqui toda a gente a perguntar e a pensar o mesmo: como é que um inquérito na Câmara passa para a opinião pública? Considera que isso é preocupante e demonstra, no seu entendimento, uma manifesta falta de responsabilidade porque o senhor deputado sabe e tem acesso a informações que a maioria das pessoas não tem e levanta aqui a suspeita: das duas uma, ou há funcionários da Câmara que passam informações para membros da oposição, e não o devem fazer porque estão a quebrar um dever de lealdade que têm para com a entidade patronal, ou alguém anda na Câmara a vasculhar e a ouvir atrás dos gabinetes porque o inquérito disciplinar é feito com sigilo, dentro das normas. E considera que mais grave é quando o senhor deputado quer saber o que é que se passou no inquérito. Referiu que iria naturalmente consultar os juristas para saber desta questão uma vez que o senhor a fez por escrito. Mas não deixa de registar que para si é preocupante este exercício do direito da oposição. Na sua perspetiva e no seu entendimento, isto já ultrapassa aquilo que é o papel da oposição porque já está a entrar em meandros e em campos que deveriam ser do estrito funcionamento da Câmara, e que o facto do senhor deputado ter conhecimento e usar isso politicamente é extraordinariamente grave. Acrescentou que isso não tem qualquer relevância política, qualquer inquérito que ocorre no município resulta duma relação entre a Câmara e o funcionário, é perfeitamente normal que isso aconteça, não é normal que isso venha para a praça pública e acha que o senhor deputado se prestou a um papel que não considera ser o papel da oposição. Fica preocupado e acha que todos os munícipes devem ficar preocupados porque não é normal que essas questões entrem na discussão e sejam trazidas aqui à Assembleia Municipal. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

O senhor deputado municipal Francisco Miguel Barros da Silva Ramos usou da palavra para se referir à classificação como desonesto feita pelo senhor Presidente da Câmara, aceitando que esta seja a sua opinião, conforme é sua opinião que há alguma dificuldade por parte do senhor Presidente da Câmara em aceitar os requerimentos que são feitos para alterar o horário das reuniões. Em segundo lugar, e porque questionado sobre a fonte de obtenção das informações, o senhor deputado lembrou o senhor Presidente que era advogado, tinha processos e, no âmbito desses processos, tem diligências marcadas em Mondim de Basto, com a deslocação do juiz de Vila Real a Mondim de Basto, para aqui realizar os julgamentos. Terminou dizendo que queria registar que as perguntas concretas que fez ao senhor Presidente da Câmara não obtiveram resposta. -----

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mondim de Basto, Fernando Carvalho Gomes, usou da palavra para dizer ao senhor Presidente da Câmara que, como é habitual, este gosta de confundir as coisas. Salientou que não disse que a questão da natalidade era um problema da Câmara, disse que esta questão da natalidade era um problema de todos. Considera que o senhor Presidente se acomoda ao problema da Europa e do país mas que, se cada Presidente de Câmara fizesse o seu trabalho de combater e tentar travar a quebra da taxa de natalidade, de certeza que as coisas melhorariam. Entende que o senhor Presidente da Câmara não tem estratégia, que o seu plano eleitoral que era para desenvolver este concelho ainda não funcionou até à data. A título de exemplo, propôs a leitura do folheto informativo, que não é de propaganda nem de vaidade, da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova em que apresentam medidas concretas, honestas e realistas para fixar a população. É assim que se combate e desenvolve um concelho. Terminou dizendo que se se continuar com festinhas e com apresentações de livros, a taxa de natalidade



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

não é combatida. É preciso criar emprego, estimular a economia, e para isso é preciso ter ideias concretas e válidas para que isso seja realidade. Considera que o senhor Presidente entende mal as coisas porque quer pois as coisas foram lidas e estão gravadas. -----

O senhor deputado municipal João Diogo Alarcão Carvalho Branco usou da palavra para se dirigir ao senhor Presidente da Câmara dizendo que, comungando das sugestões feitas pelo senhor deputado Alfredo Mendonça e às quais o senhor Presidente aderiu, e muito bem, lamenta a terminologia usada, sem grande agressividade, mas constata que no imediato o senhor Presidente da Câmara chama desonesto a um deputado, e que, se essa terminologia for usada em relação a um membro do grupo municipal do Partido Socialista, ou do PSD, ou do CDS, se insurgirá na mesma porque prefere que as coisas se passem de outra maneira. A propósito disso, aproveitou para responder ou, pelo menos, para lhe retirar uma preocupação sobre saber o que é que se passa na coligação: a coligação está aqui, como está no seio dos mondinenses, respeitando e seguindo as normas a que estão obrigados. Aqui, há dois grupos municipais, a coligação funciona, o espírito funciona e vão todos andando sintonizados naquilo que entendem e separados naquilo que os faz diferentes mas certamente sem grandes dramas. Relativamente ao caso e à observação que o senhor Presidente quis fazer relativamente a esta matéria não vê gravidade nenhuma. Pelo contrário, os membros da Assembleia estão aqui para ser informados. Ficou com a sensação transmitida pelo senhor Presidente mas referiu que, olhando para a assistência, não vê nenhuma avaliação de gravidade numa circunstância que é perfeitamente pública. Toda a gente sabe que houve inquérito, por esta via ou por aquela. Acrescentou que o dever dos membros da Assembleia é vir solicitar ao executivo as informações que consideram suficientes para um bom



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

desempenho das funções. Não há gravidade nenhuma nisto, antes pelo contrário, é uma obrigação fazê-lo. -----

O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que a interpretação que foi feita das suas palavras é abusiva pois não chamou desonesto a ninguém, disse sim que a forma como foi apresentado o problema é que pode ser desonesta, o que é uma coisa completamente diferente. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal interrompeu a intervenção do senhor Presidente da Câmara para solicitar aos membros da Assembleia que não entrassem em diálogos. -----

O senhor Presidente da Câmara continuou dizendo que queria reforçar duas questões. Em primeiro lugar, esclareceu que não chamou desonesto a ninguém portanto não admite que estejam a fazer juízo de valor sobre a forma como se dirige aos membros da Assembleia. Nunca o fez de forma deselegante nem deseducada muito menos agora. Relativamente à intervenção do senhor Presidente da Junta de Mondim de Basto, manifestou que se sentiu ofendido pela insinuação feita pois por ser Presidente da Câmara não tem nenhum tratamento especial em relação a nenhum munícipe. Acrescentou que toda a gente deu razão ao senhor deputado Alfredo Mendonça mas não foi preciso muito tempo para estar toda a gente a fazer exatamente o mesmo que se fez na última Assembleia. Rejeita completamente essa insinuação que o senhor Presidente da Junta fez, que não faz sentido, assim como também o desprezo que o senhor Presidente da Junta manifestou pela apresentação dos livros e as festinhas pois considera que não lhe fica bem. Considera que o desenvolvimento do concelho deve ser equilibrado, com a conservação do território, a educação, o apoio aos que precisam e também com a cultura. Rejeita esse desprezo de que a apresentação de um livro seja menor. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

O senhor Presidente da Assembleia usou da palavra para dizer que não se justificavam mais intervenções e que, se permanecessem dúvidas quanto ao que foi dito, poderiam ser analisadas aquando da leitura da ata na próxima reunião. Considera que não se justifica entrar no palavra puxa palavra e pensa que não está em causa a honra de ninguém neste momento. -----

1.2 - Correspondência recebida e enviada pela Assembleia Municipal

De seguida, pelo Senhor Presidente da Mesa foi presente a correspondência recebida e enviada. -----

2-Ordem do dia -----

2.1- Aprovação da ata reunião de 19 de setembro de 2014 -----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a aprovação da ata da reunião de 19 de setembro de 2014 que foi aprovada por maioria, com dezassete votos a favor e três abstenções-

2.2- Grandes Opções de Plano e Orçamento para o ano de 2015 -----

O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que o orçamento e o plano para 2015, como qualquer orçamento, tem uma componente técnica e um enquadramento legal e naturalmente depois tem as opções políticas. Para se perceber melhor e poder partilhar com os senhores deputados e o público aquilo que são as regras de elaboração do orçamento e as regras a que está sujeito esse documento, o senhor Presidente da Câmara pediu à Dra. Susana Mota, chefe da Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal para fazer uma breve apresentação. -----

Terminada a apresentação e o enquadramento técnico sobre o documento em apreciação, o senhor Presidente da Câmara retomou o uso da palavra para prestar algumas notas mais de caráter político, intervenção que se passa a transcrever: *«O orçamento e as grandes opções do plano para 2015 estão muito condicionadas pela limitação dos recursos financeiros. Neste documento está refletida a*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

consolidação orçamental que o município iniciou em 2010. Este percurso que iniciamos em 2010 não pode ser abandonado sob pena de o município não cumprir o plano de saneamento financeiro e cumulativamente entrar novamente em incumprimento e ser sujeito novamente à retenção das transferências do Estado. Este percurso de consolidação orçamental está evidenciado na redução da dívida total. Dos dezanove milhões setecentos mil euros de 2010, pretendemos fechar o ano de 2014 com uma dívida próxima dos doze milhões. Estamos mais perto do limite legal permitido por lei que neste momento se situa na ordem dos 8.5 milhões, ou seja o limite legal de endividamento anda na ordem dos 8.5. Nós fecharemos o ano de 2014 com uma dívida próxima dos doze. Portanto, ainda temos aqui quatro milhões e meio para recuperar. Cumprimos o pagamento aos fornecedores com o prazo médio de pagamento de uma semana. Não temos dívidas a mais de noventa dias. Mantemos a preocupação de garantir as despesas necessárias às atividades do município – a educação, a ação social, a conservação do território, o apoio às associações culturais e desportivas – bem como a manutenção de edifícios e equipamentos municipais e as despesas necessárias ao bom funcionamento da autarquia, como o encargo com os salários dos funcionários. O serviço da dívida, juros e amortizações continuam a ter um peso muito significativo no orçamento: é um milhão e meio de euros por ano que é destinado para juros e amortizações. O plano plurianual de investimento está naturalmente naquilo que a Câmara vai investir e está igualmente condicionado pelos custos financeiros. Como é óbvio, não pode haver obra sem dinheiro. Os projetos que constam do plano plurianual são aqueles que ou já têm financiamento assegurado ou aqueles que têm fortes possibilidades de aprovação e que constam do documento que foi entregue. No entanto, como estamos numa fase de transição dos quadros comunitários de apoio, se durante o próximo ano surgirem oportunidades de apresentar alguma candidatura que seja importante e relevante para o município e que seja comportável do ponto de vista financeiro, estaremos atentos e disponíveis para encontrar uma solução orçamental que permita integrar esses projetos. Ou seja, penso que está aqui aquilo que resumidamente aquilo que é a leitura que nós fazemos do orçamento. Temos que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

continuar a reduzir a dívida, temos o encargo anual com a dívida que é muito forte e condiciona muito os investimentos e toda a capacidade de investimento do município, estão aí os projetos que já temos a garantia ou fortes probabilidades de os executar. Naturalmente que estaremos disponíveis durante o próximo ano se outros investimentos forem necessários realizar. E quando digo investimentos falo em comparticipados ou não, investimentos nas freguesias que a Câmara possa financeiramente suportar. A situação é esta e, como muitas vezes repetimos, não é a situação que gostaríamos mas é a situação que temos e é com esta que temos de lidar e enfrentar a situação e fazer as melhores opções para manter este equilíbrio do orçamento e ao mesmo tempo garantir também a qualidade de vida às pessoas que vivem aqui no município». -----

O senhor deputado municipal Francisco Miguel Barros da Silva Ramos usou da palavra para deixar duas considerações. Quanto às questões técnicas, referiu o aumento significativo da receita que decorre das transferências do orçamento de Estado e também do aumento significativo dos impostos. Este aumento vai contribuir de forma decisiva para a consolidação, pelo que considera que também tem que ser aqui referido e avaliado. Levantou outra questão, também do ponto de vista técnico, que se prende com a limitação de investimento mas que o orçamento também trata de opções políticas. Numa análise que fez, viu que houve um forte investimento ou, pelo menos, um aumento na rubrica que é designada como “estudos, consultoria e pareceres” pelo que gostava que pudesse ser explicado o que é que justifica este aumento considerável uma vez que os projetos de investimentos estão em curso, as candidaturas estão feitas, o financiamento está assegurado. Não vê o que é que pode justificar este aumento, a não ser que sejam outros projetos, mas, como estes aqui não foram falados, deduz que possa haver outra explicação para o aumento desta rubrica. Quanto ao ponto de vista político, considera que o orçamento que vai ser aqui votado e que foi apresentado pelo executivo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

perspetiva mais um ano de completa atrofia económica do concelho. Acrescentou que se pode percorrer todo o documento e não existe, ainda que minimamente, uma preocupação de incremento da atividade económica do concelho. Assiste-se diariamente ao que se está a tornar o concelho de Mondim de Basto, nomeadamente o centro urbano, que é a sua desertificação. E este documento nem minimamente reflete alguma preocupação de inverter a situação porque, refira-se, efetivamente é um problema nacional mas há política e medidas que podem ser adotadas de modo a tentar inverter. Quanto ao documento, referiu que o grupo municipal do PSD irá subscrever na íntegra a declaração de voto que foi pública e que foi emitida no âmbito da reunião do executivo pelo senhor vereador do PSD, Bruno Ferreira, que se passa a transcrever: *«Não são apresentadas soluções para inverter a desertificação do concelho. Não se perspetiva qualquer iniciativa ou dinâmica para a atração de investimento para o Concelho e criação de postos de trabalho para o setor privado. Não se verificam políticas de preocupação com a natalidade, com acessibilidades, empreendedorismo. O documento apresentado não mais explicita uma gestão meramente contabilística, sem visão e ambição. É por isso que votaremos contra este orçamento da autarquia»*. -----

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mondim de Basto, Fernando Carvalho Gomes, no uso da palavra, referiu que este documento é meramente técnico, não tem estratégia, não sabem qual é o rumo que este executivo quer encontrar para o desenvolvimento do concelho. Tendo o senhor Presidente da Câmara referido que a autarquia está limitada aos recursos financeiros, questionou, porque na última reunião foi dito que existe um saldo de operações orçamentais no valor de dois milhões e sessenta e um mil euros, se esse dinheiro vai ser aplicado ou não no município para, pelo menos, arranjar as estradas que estão numa miséria. Concluiu dizendo que, em seu entender, se trata de um documento sem estratégia: se há dinheiro faz-se, se não há não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

se faz. E, não querendo tirar o valor das festinhas e das apresentações de livros, referiu que se continuava a alegrar o povo e a não se desenvolver o concelho. -----

O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que registava que, primeiro, o senhor deputado Francisco Ramos pediu esclarecimentos e, depois, anunciou que já tinha a declaração de voto. Considera que seria mais correto dizer que tinha a declaração de voto a dizer que iria votar contra, não era necessário pedir esclarecimentos. Acrescentou que, da declaração de voto que tem da reunião de Câmara, o senhor deputado poderia ter trazido também os esclarecimentos que foram prestados às questões que acabou agora por referir e que, quando fala no aumento significativo da receita, devia ter dito, como foi referido durante a apresentação técnica, que é uma receita consignada, ou seja, tem um fim destinado. Essa receita não se vai traduzir em mais dinheiro para investimento, nem mais dinheiro para o funcionamento do município. Esta receita consignada, de acordo com a lei do orçamento de Estado, só pode ser utilizada para pagamentos em atraso registados até 30 de setembro de 2014 ou para redução do endividamento, ou seja, esse dinheiro vem do Governo para o banco. Sobre a questão dos “Estudos, Consultadoria e Pareceres” também foi informado em reunião de Câmara que há candidaturas de capacitação institucional, da modernização do posto de truismo, estudos que estão obrigatoriamente incluídos nessa rúbrica, sendo por isso que há esse aumento - a Câmara não vai contratar mais assessores, mais advogados. Este reforço resulta do facto de se ter de encaixar nessa rúbrica determinadas verbas que estão alocadas a estas candidaturas. Relativamente ao empreendedorismo, referiu que a Câmara está numa rede de empreendedorismo do Ave, que integra o Núcleo Empresarial, integra a escola, estando a ser feitas iniciativas e que este projeto está a ser trabalhado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

em Mondim de Basto. Considera que dizer que não há empreendedorismo é desconhecer e esconder a realidade. Deixou o seguinte repto aos senhores deputados nos sentido de que fossem apresentadas, ali no púlpito, medidas para diminuir o desemprego, para aumentar o investimento, medidas para aumentar a taxa de natalidade, medidas para evitar a saída dos jovens, exemplos concretos e os seus custos. Entende que se os senhores deputados sabem quais as medidas a adotar e não as mostram não estão a contribuir para o desenvolvimento do concelho. Relativamente à intervenção do senhor Presidente da Junta, e em relação às festinhas, recordou-lhe que se se fizer um campeonato de festinhas, a Junta de Mondim deve levar um avanço significativo – magustos, matança do porco, caminhadas ... Questionou o senhor Presidente da Junta no sentido de saber quais as medidas que toma na Junta de Freguesia para aumentar a taxa de natalidade e o que faz para fixar os jovens. Considera que é fácil acusar os outros mas que o senhor Presidente da Junta de Mondim tem o maior número de população de todos os presidentes de junta aqui presentes, tendo uma responsabilidade acrescida sobre isso. Terminou perguntando onde é que era gasto o orçamento da Junta de Freguesia de Mondim de Basto. -----

O senhor deputado municipal Armindo Marinho Henrique usou da palavra para responder ao repto lançado pelo senhor Presidente da Câmara e apresentar duas ou três medidas. Considera que, para que isso aconteça, é necessário direcionar as políticas noutros sentidos porque, em seu entender, as políticas deste executivo são direcionadas do ponto de vista da estratégia eleitoral e são exíguas porque os resultados estão à vista. As estratégias de garantir o futuro para o concelho são zero. Entende que se trata de uma questão de opções: se se direcionar as políticas e os poucos recursos que existem, em vez de se apoiar as associações, que são necessárias, ou fazer uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

feira para os idosos, ou fazer uma caminhada, para a floresta, o turismo, a agricultura, certamente que se conseguirá construir um futuro melhor para os mondinenses. Não é preciso grande investimento, é preciso direccionar as políticas e as pessoas e apoiá-las. -----

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mondim de Basto, Fernando Carvalho Gomes, dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara, referiu que entende que não é preciso dinheiro mas sim ideias como tem, por exemplo, a Câmara de Vila Pouca que foi a Paris e fez uma parceria empresarial que abriu várias portas, quer no mel, quer no granito, quer na castanha, entre outras coisas. Para terminar, esclareceu que a Junta de Freguesia não tem a obrigação de criar postos de trabalho pois a Junta de Freguesia tem um orçamento de cento e trinta e seis mil euros. Relembrou que a Junta de Freguesia está com a vontade de limpar as valetas e de tratar do cemitério tendo apresentado uma proposta à Câmara para limpar as valetas e até hoje não obteve resposta. A Junta não tem medo de trabalhar, mas só trabalha se tiver dinheiro. Acrescentou que as medidas para desenvolver este concelho estão no programa eleitoral de 2009 do senhor Presidente da Câmara e que não aceita que este diga que a Câmara não tem dinheiro porque o senhor Presidente lançou artigos, quando estava na oposição, a dizer que a Câmara Municipal estava em rutura financeira. Como é que sabendo que a Câmara estava em rutura financeira apresentou um programa eleitoral como este sabendo que não era capaz de realizá-lo? Concluiu dizendo que as medidas foram apresentadas e que acredita nelas, assim como muita gente acreditou nelas, pelo que solicitou que as pusesse em prática. -----

O senhor deputado municipal Francisco Miguel Barros da Silva Ramos usou da palavra para dizer que, assistindo-se à constante interpolação da oposição, incluindo da bancada socialista, para a apresentação de propostas,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

quando há falta de criatividade, a melhor forma é tentar escamoteá-la de qualquer forma. Mas considera que a falta de ideias é muito fácil de resolver, bastando pegar no programa eleitoral com que a Coligação se apresentou, tendo lá um conjunto de ideias fáceis de aplicar que podem muito bem ser aproveitadas, muitas delas com um custo financeiro reduzido. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para dizer que, apesar do facto do senhor deputado Alfredo Mendonça ter apelado ao diálogo construtivo, parece que alertou as pessoas para o diálogo desconstrutivo. Referiu que é importante que se discutam aqui os assuntos de interesse para o concelho mas de uma forma correta. Entende que a obrigação de todos nesta Assembleia é estudar, trabalhar e defender o concelho mas de uma maneira que se possam entender sem estar aqui em provocações constantes. -----

O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para dizer ao senhor Presidente da Junta de Mondim de Basto que, quando este vai ao púlpito para intervir, transpira ódio e que não irá mais responder sobre o programa eleitoral que refere sempre. Relativamente ao senhor deputado Francisco Ramos, referiu que, se o programa da Coligação fosse tão bom, teria recolhido mais uns votos. De seguida, e para responder ao senhor deputado Armindo Marinho Henrique, quando este diz para apostar mais na agricultura e na floresta mas não diz no quê, considera que lançar frases é apenas um exercício que não quantifica absolutamente nada. Acrescentou que respeitava a opinião do senhor deputado, que não é a sua, mas esta ideia de que a Câmara deve abandonar o apoio que dá aos idosos porque esse dinheiro pode ser gasto na agricultura é uma ideia que rejeita completamente. Reafirmou que, enquanto for Presidente da Câmara e enquanto se mantiver este executivo, se irá continuar a fazer o passeio dos idosos, a almoço de Natal, o lançamento de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

livros e tudo aquilo que for útil e que melhorar a vida das pessoas. É um entendimento deste executivo e, pelos vistos, não estará errado porque há um ano atrás houve muita gente que concordou. Considera que é um exercício de demagogia dizer que o que se gasta no almoço podia ser gasto noutra lado mas a felicidade das pessoas é uma questão que este executivo tem muito bem presente e não tem preço. Concluiu dizendo que, por muito que custe, o executivo continuará a fazer e a apoiar e a acarinhar as pessoas que moram cá. Este executivo está muito preocupado e quer trazer mais pessoas mas também quer melhorar a vida daqueles que vivem aqui. É para isso que trabalham todos os dias e o carinho que é dispensado às pessoas, os momentos de partilha e tudo aquilo que fazem para melhorar o bem-estar das pessoas é uma decisão, em seu entender, fundamental e para manter. -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a aprovação das Grandes Opções de Plano e Orçamento para o ano de 2015 que foi aprovada por maioria, com treze votos a favor e sete votos contra. -----

O senhor deputado municipal João Diogo Alarcão Carvalho Branco usou da palavra para fazer a declaração de voto do grupo municipal no sentido do contra, na sequência do que já foi afirmado anteriormente, por considerarem que não há reparos a fazer de ordem técnica mas sim quanto à estratégia que não está espelhada no orçamento. Acrescentou que a sua declaração de voto é que este orçamento do executivo socialista, como se pode constatar, não traduz as necessidades do concelho e que, tal como os anteriores, enferma dos mesmos vícios com retrocessos evidentes no setor económico, no investimento, nas acessibilidades, nas taxas de natalidade, na desertificação do concelho, nas infraestruturas, na implementação de medidas na área da saúde, na valorização do património do concelho. Mais uma vez, entendem que este



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

orçamento não demonstra uma estratégia que viabilize o desenvolvimento do concelho e por isso votaram contra. -----

2.3- Décima Segunda Modificação e Terceira Revisão Orçamental de 2014 -----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a **Décima Segunda Modificação e Terceira Revisão Orçamental de 2014** que foi aprovada por unanimidade. -----

2.4-Alteração dos Estatutos da Cooperativa Mondim + Social – Centro Comunitário de Solidariedade Social, Cooperativa de Interesse Público e Responsabilidade Limitada -----

O senhor deputado municipal João Diogo Alarcão Carvalho Branco usou da palavra para dizer que, relativamente a este ponto, reconhecem a necessidade referente às modificações do mapa de freguesias, que seja feita uma alteração aos estatutos. Preferiam no entanto que algumas das iniciativas previstas fossem concretizadas, sobretudo no que se prende com o setor social uma vez que, daquilo que é a avaliação daquilo que se faz, nota-se pouca atividade nesta matéria e pode dizer-se que de pouco mais servirá, ou pelo menos estará visível, do que o pagamento aos professores das AEG's, da escola de música e dos nadadores salvadores. -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação **Alteração dos Estatutos da Cooperativa Mondim + Social – Centro Comunitário de Solidariedade Social, Cooperativa de Interesse Público e Responsabilidade Limitada** que foi aprovada por maioria com dezasseis votos a favor e quatro votos contra. -----

2.5- Atribuição de participação à Freguesia do Bilhó -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a atribuição de comparticipação à Freguesia do Bilhó que foi aprovada por unanimidade. -----

2.6- Cedência da Escola EB 1 de Vilar de Ferreiros -----

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mondim de Basto, Fernando Carvalho Gomes, usou da palavra para, em primeiro lugar, fazer uma interpolação à Mesa solicitando que o senhor Presidente da Assembleia pedisse calma à bancada do Partido Socialista e para dizer que quem faz a gestão das intervenções é o senhor Presidente da Assembleia. Acrescentou que se o senhor Presidente da Mesa entender que está a ser mal-educado, a falar alto ou a fugir do assunto, ele é que o deve chamar à atenção e não a bancada socialista. Sobre a questão em apreço, referiu que, e muito bem, essa cedência da escola deve ser feita. Acrescentou que a Junta de Mondim efetuou um pedido semelhante, pela segunda vez, em fevereiro de 2014, para dinamizar a escola de Vilar de Viando e nem uma resposta obteve. Já foram cedidas várias escolas do concelho às outras freguesias mas que à Junta de Mondim nem uma resposta. Acrescentou que a proposta era bem fundamentada, comparticipada e iria criar postos de trabalho mas que o executivo nem teve a dignidade de chamar os proponentes para ver se a proposta fazia ou não sentido. -----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a Cedência da Escola EB 1 de Vilar de Ferreiros que foi aprovada por unanimidade. -----

2.7- Informação sobre a situação financeira do Município de Mondim de Basto reportada a 30/06/2014, para efeitos do disposto no artigo 77º, nº 2, alínea d), da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro -----

Relativamente a este ponto da ordem do dia não houve intervenções. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

2.8- Informação do Executivo -----

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mondim de Basto, Fernando Carvalho Gomes, usou da palavra para se referir a uma pavimentação junto ao mercado constante do documento sobre a atividade do município, lamentando que a Câmara tenha feito essa intervenção porque a mesma fazia parte do projeto da regeneração urbana. Sobre o abastecimento da água, questionou o senhor Presidente da Câmara se a situação da ETA vai continuar por mais tempo, uma vez que é deplorável o estado em que está a estação, e questionou se estava prevista alguma intervenção. Acrescentou que gostaria também de saber quais os resultados das duas reuniões realizadas sobre o Pacto de Empregabilidade referidas na informação da atividade do município. Solicitou informações sobre a resposta da CCDR pois, até à data, o CDS-PP ainda não sabe qual foi o parecer sobre a denúncia que o CDS-PP fez das várias obras que não foram realizadas e que os atos de medição deram como concluídas, como é o caso da estrada junto ao mercado e, por exemplo, à volta da Praça da Via Cova que está cheio de buracos, sendo uma área onde estava prevista uma intervenção no projeto da regeneração urbana. Estas obras não foram feitas e agora a Câmara está a fazer às suas custas. Isto é muito mau ainda mais quando são apresentados os autos de medição com as obras completamente concluídas. Concluiu dizendo que até à data ainda nada foi explicado ao CDS sobre a troca de correspondência entre a CCDR e a Câmara Municipal. -----

O senhor Vereador Paulo Jorge Mota da Silva usou da palavra para dizer que, no âmbito do que tem sido esta Assembleia, um bocadinho dominada por questões que são pertinentes e que têm a ver com a natalidade, o emprego, a desertificação, se lhe quisessem lançar um desafio para falar sobre esse tema nada melhor do que perguntar-lhe sobre o Pacto da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Empregabilidade. Esclareceu que, o Pacto da Empregabilidade, como o nome indica, é um pacto que nasce no âmbito da CIM do Ave e que envolve todos os municípios. Mondim de Basto faz parte daquilo que foi considerado o núcleo executivo do Pacto de Empregabilidade onde existem vários municípios que representam aquilo que é a diversidade do território da CIM do Ave. Mondim está em representação daquilo que são os municípios de baixa densidade. Referiu que é incrível que, quando se faz este diagnóstico com a tal tendência local, que a realidade facilmente desmente, um dos argumentos que se utiliza, porque depois todas as soluções apresentadas são soluções inócuas, é «olhem para os concelhos vizinhos». E nada melhor do que o Pacto da Empregabilidade. É estar junto de Vila Nova de Famalicão, Guimarães, Vizela, Fafe, Cabeceiras, Vieira do Minho e Póvoa de Lanhoso e vê-los a padecer exatamente dos mesmos problemas. O Pacto de Empregabilidade é um diagnóstico, que irá ser apresentado muito em breve, sendo que é óbvio que esta é uma questão que se discute e que só tem solução a longo prazo, como todos sabem e, aliás, como alguns candidatos da lista Juntos Pela Nossa Terra também o afirmam na comunicação social e tentam perceber qual é a solução para este assunto, também apontam estas soluções a longo prazo. Acrescentou que Mondim tem todo o gosto em pertencer a este Pacto de Empregabilidade e como núcleo executivo e perceber que se está a fazer exatamente o mesmo que todos os outros estão a fazer e que todos padecem exatamente do mesmo problema. Portanto, quando é apresentada uma sugestão de «olhem para os concelhos vizinhos», não só se olha para os concelhos vizinhos como se trabalha com os concelhos vizinhos. Sobre a questão da natalidade, sugeriu a leitura de um estudo da Universidade de Aveiro, que se debruçou durante dois anos sobre aquilo que são os resultados dos censos de 2011, para se perceber que aquilo que é a desertificação já está



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

no litoral pelo que lhe parece mal um diagnóstico limitado só ao concelho de Mondim de Basto. Salientou que foi falado do exemplo de Idanha-a-Nova que é efetivamente um bom exemplo, feito com recursos, sendo de facto um conceito interessante e simples, tendo-se destacado na componente de marketing territorial. Terminou dizendo que, se acreditarmos que este marketing territorial é realmente uma componente importante, e se as notas de imprensa da oposição tivessem o impacto que querem que elas tenham, esperemos nós que não tenham, o contributo da oposição para o marketing territorial de Mondim é arrasador pois as notas de imprensa falam num concelho amorfo, com falta de dinâmica, um concelho opaco, um concelho fantasma, um concelho parado – essas são as notas territoriais da oposição. ---

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mondim de Basto, Fernando Carvalho Gomes, usou da palavra para dizer que o senhor Vereador Paulo Mota se esquecia das notas de imprensa do Partido Socialista, na oposição, e que, ainda agora, o senhor Presidente da Câmara mandou uma nota de imprensa a dizer que sem a via do Tâmega o concelho de Mondim não desenvolve. Para terminar, e dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara, referiu que a justiça e a política são separadas mas que, às vezes, quando não há esclarecimentos na política, sendo obrigação dos membros municipais fiscalizar, tem de se ir para a justiça e que a justiça obrigou o senhor Presidente da Câmara a dar uma resposta e já foi dada uma resposta à CCDDR e esta já se pronunciou e remeteu ao Ministério Público. Portanto, entende que quando o senhor Presidente não quer politicamente ter aqui um discurso claro, é a justiça que o obriga a falar. A justiça obrigou-o a fazer uma devolução de autos de medição que disse que fez mas não fez. Concluiu dizendo que a política e a justiça às vezes têm de se juntar. Pois a falta de transparência na política obriga a que a justiça entre no campo. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que, e porque foi abordada a questão da devolução, e para que conste em ata que aquilo que o senhor Presidente da Junta disse é mentira. -----

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO. -----

Tendo terminado as intervenções, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou à votação a minuta das deliberações tomadas nesta reunião, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a presente sessão, às vinte horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida na sessão de 27 de fevereiro de 2015, e por estar conforme, foi aprovada e vai assinada pelo Senhor Presidente de Assembleia e pela funcionária Emília de Carvalho Gonçalves, designada para o efeito pela Autarquia, que a redigiu, para valer como tal. -----

